



# Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1980

ANO VI

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 90.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1980

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Mário Celso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tra-jano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presi-dente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de pesar, pelo falecimento do jovem PAULO CESAR ALMEIDA SILOTO, ocorrido no dia 20 último, no Município de Manoel Ribas.

Requer, outrossim, que se dê ciência à família enlutada por intermédio da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980.

(a) JURANDIR MESSIAS.

#### JUSTIFICATIVA:

PAULO CESAR ALMEIDA SILOTO, nascido e criado no Município de Manoel Ribas, oriundo de uma das mais tradicionais famílias sendo que seu pai é o atual Prefeito Muni-cipal, ao qual nos unimos neste momento de dor. Além de nosso companheiro de luta, foi um grande amigo dentro de nossa vida particular. Paulo Cesar, formado em Medicina Vete-rinária, deixa nosso convívio aos 28 anos de idade, na plenitude de sua mocidade vítima de um acidente lastimável.

Deixa para seus familiares e amigos, o exemplo de toda uma vida pautada pela dignidade e honradez, podendo ter se

orgulhado em todos os seus dias em sua rápida passagem em nosso meio, do reconhecimento que lhe era prestado por aqueles que lhe escolheram para amigo, baseado na grandeza de sua conduta.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atri-buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, com o objetivo de solicitar-lhe que promova a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN - com sede em Palotina.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Palotina, um dos grandes produtores agrícolas de nosso Estado faz jus a uma sede de CIRETRAN porque concentra em sua área de influência uma considerá-vel quantidade de veículos.

Hoje constitui-se uma das metas do Governo a descen-tralização administrativa para melhor atender os cidadãos e com isso, inclusive alcançar maior economia pela redução de deslocamentos desnecessários de contribuinte a outras localidades.

Neste sentido insere-se o presente pedido, com a fina-lidade de conseguir a criação de uma CIRETRAN na Cidade de Palotina.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, que sejam expedidos ofícios deste Poder ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Gil Macieira, no sentido de que aquele estabelecimento de crédito instale agências nos progressistas Municípios de Palmas e Clevelândia.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### JUSTIFICATIVA: Oral em plenário.

Requer-se, outrossim, que do presente requerimento se dê conhecimento às seguintes autoridades:

1. Prefeitos de Clevelândia e Palmas;
2. Presidente das Comissões Provisórias do PDS de Palmas e Clevelândia;
3. Presidente das Comarcas Municipais de Palmas e Clevelândia;
4. Dr. José Maria, ex-Prefeito de Palmas;
5. Dr. José Guerreiro de Paula, ex-Prefeito de Cle-velândia.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Amaury Stáble, M.D. Ministro da Agricultura, apelando para que seja fixado, com urgência, os preços mínimos para o suíno.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelen-

tíssimo Senhor Presidente da Associação Paranaense de Suinocultura.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980.  
(a) DENI SCHWARTZ.

**JUSTIFICATIVA:**

A suinocultura se encontra hoje em sua fase mais difícil.

Após o incentivo ao setor, principalmente com financiamentos para as instalações, o suinocultor se vê hoje às voltas com o problema do preço, pois, enquanto o custo de um quilo de porco está em torno de Cr\$ 60,00, o produtor está sendo obrigado a vendê-lo por Cr\$ 38,00.

A adoção de um preço mínimo se faz necessária não só sob o ponto de vista de proteger economicamente esta atividade mas, principalmente, por se tratar de um setor que é explorado basicamente por pequenos proprietários e com um efeito multiplicador extraordinário.

De outra parte, os preços dos produtos derivados, no varejo, estão em alta como se prova a seguir, onde relacionamos alguns deles:

- 1 - lombo de porco s/osso ..... Cr\$ 162,00 kg
- 2 - leitão ..... Cr\$ 130,00 kg
- 3 - lingüiça ..... Cr\$ 135,00 kg
- 4 - banha em pacote ..... Cr\$ 48,90 kg
- 5 - copa ..... Cr\$ 290,99 kg
- 6 - bacon ..... Cr\$ 162,00 kg
- 7 - ingredientes p/ feijoada ..... Cr\$ 151,14 kg

Endereço: Associação Paranaense de Suinocultores  
Pres. Lauro G. Teixeira de Freitas  
Rua dos Funcionários, 1558  
CURITIBA - PR.

**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja consignado na ata da presente sessão, um voto de aplauso à iniciativa do Doutor Nelson Batista Pereira, Juiz de Menores de Londrina, baixando portaria de proibição de cartazes obscenos em bancas e murais.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980.  
(a) FIORI LUIZ.

**JUSTIFICATIVA:**

O Senhor Juiz de Menores de Londrina, Dr. Nelson Batista Pereira, baixou portaria proibindo a exposição de cartazes em bancas de jornais e revistas e murais, desde que obscenos, visando poupar as famílias e os menores de situações vexatórias e de perturbação do processo formativo de uma parcela considerável de nossa juventude.

Tal iniciativa foi imediatamente encampada pela Associação das Senhoras de Rotarianos, assim como por cerca de 50 entidades ligadas ao setor de formação, amparo e promoção humana, principalmente de menores.

Levantamentos feitos na cidade, vieram demonstrar que a população apoia, integralmente esta iniciativa do Juizado de Menores. Se de um lado a sociedade brasileira e a londrinense estão decididamente a favor da liberação de publicações e contra qualquer tipo de censura que venha a reprimir o direito à livre informação, assim como ao direito de criação e expressão, por sua vez, defende o direito, igualmente líquido, de a família decidir que tipo de literatura deve receber em sua casa para a formação e informação de seus membros.

**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Ple-

nário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor OSCAR ALVES, Digníssimo Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a designação de um médico especialista em tratamento de doenças mentais para o 10º Distrito Sanitário, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980.  
(a) FIDELCINO TOLENTINO.

**JUSTIFICATIVA:**

Tem sido freqüentes os apelos que a população vinculada à jurisdição do 10º Distrito Sanitário vem fazendo, no sentido de denunciar ocorrências e requerer indicação de médico psiquiatra para atendimento de doenças mentais.

Ocorre que a baixa qualidade alimentar das camadas pobres da população, assoberbadas pelas cargas horárias, vem influenciando com insistência na incidência de distúrbios psicossomáticos de assalariados.

Como muitos não têm outros socorros, senão os postos de saúde e a sede do distrito sanitário, não tendo ali médico especializado, o atendimento tem sido feito por funcionários que meditam os pacientes sem prévia receita nem exame.

Outro fato denunciado é de que os comprimidos entregues a esses pacientes são embalados diretamente em jornais, sem vidros ou caixas adequadas e recomendadas pelas normas vigentes.

**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades regimentais, REQUER o envio de TELEX aos Ministros da Agricultura e do Planejamento, objetivando o estudo e criação de uma política suinícola clara e definitiva. Política esta que para sua criação é indispensável uma ampla discussão com os mais diversos órgãos representativos da categoria, desde associações e núcleos estaduais de suinocultores, cooperativas, sindicatos, até entidades representativas do consumidor.

Há entre os suinocultores uma apreensão generalizada e que se tende a ampliar, como por exemplo a ausência de estoques reguladores de milho; a elevação constante dos preços dos concentrados; desproporção enorme entre o preço pago aos produtores de suínos e o cobrado aos consumidores, com uma lucratividade elástica da intermediação, levando a uma demanda consumidora não atrativa; entre outras questões.

Deve-se atentar, também, para o fato da existência de maquinações que amedrontam o produtor, o consumidor e, inclusive, o importador quanto a periódicas notícias de possíveis surtos de pestes suínas e africanas.

Portanto, há graves problemas técnicos, além dos relacionados à política geral do setor. Acresce-se, ademais, que somente no Paraná mais de 200.000 famílias estão ligadas à atividade suinícola. Contingente este que está a merecer preocupação especial de nossas autoridades.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980.  
(a) NELTON FRIEDRICH

**PROJETOS DE LEI:**

**PROJETO DE LEI N.º 116/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL, com sede e foro em Cascavel-Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980.  
(a) EDILSON ALENCAR

**JUSTIFICATIVA:**

Declarar de utilidade pública a Liga Regional de Futebol de Cascavel é sem dúvida alguma do maior significado não somente para o futebol da cidade referida mas para todo o Oeste do Estado.

A finalidade da entidade que se deseja declarar de utilidade pública é dirigir e representar o futebol amador na cidade de Cascavel e na região determinada pela Federação Paranaense de Futebol, bem como, fomentar a prática deste esporte como ramo importante da cultura física zelando sempre pelos sadios princípios do amadorismo paranaense.

Portanto, por achar que todas as reivindicações em prol do futebol são justas e necessárias é que apresentamos o presente projeto de lei que declara de utilidade pública a "LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL", esperando que o mesmo encontre acolhida nesta Casa.

#### PROJETO DE LEI N.º 117/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Promoções Humanas Cristo Rei", com sede e foro no Município de Realeza.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980

a) Túlio Zanchet.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social junto a comunidade de Realeza, conforme comprova o detalhado relatório das suas atividades que juntamos ao presente.

De acordo com a legislação estadual em vigor que regulamenta o Estatuto da utilidade pública, a entidade preenche todos os requisitos essenciais, conforme comprova a documentação que anexamos a presente.

Assim sendo, apresentamos o presente plano de lei que temos certeza merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N.º 118/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS EX-PREFEITOS DO PARANÁ — AEXPP.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1.980

a) Tércio Albuquerque.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Ex-Prefeitos do Paraná, entidade criada para congrega todos os ex-chefes de executivo municipal do Estado, tendo como finalidade a promoção e assistência aos ex-Prefeitos de todos os municípios; promover assistência social, amparo a velhice, assistência jurídica e outras formas de promoção e valorização de seus associados. A AEXPP é entidade representativa dos ex-Prefeitos, sendo porta voz de suas reivindicações. Entre outros, é ainda objetivo da AEXPP fundar a Casa dos Ex-Prefeitos do Paraná, bem como desempenhar todas as demais atividades correlatas.

Pela relevância e magnitude dos objetivos da entidade, pela forma espontânea, no entanto não menos organizada e planejada, como nasceu a AEXPP, acredito de suma importância a declaração de utilidade pública da Associação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (Ausente) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Usamos da palavra para abordarmos um assunto já trazido a esta tribuna, diversas vezes, inclusive na semana passada e de forma brilhante, pelo nobre Deputado Mário Celso. É com relação ao Programa PRÓALCOOL que realmente tem preocupado todos os homens de responsabilidades deste País.

(Lê):

"A escassez acentuada do petróleo, acompanhada pelo aumento excessivo nos preços deste produto faz com que nos preocupemos com a energia para o futuro. Felizmente, para nós paranaenses, este problema vem sendo encarado de uma maneira muito séria pelo Governo Ney Braga, que está atento à realidade de hoje e aos problemas que ocorrerão no futuro.

Hoje, o Paraná vem respondendo muito bem pela parcela de responsabilidade que lhe cabe dentro do Próalcohol. O potencial de nosso Estado é enorme e ao Paraná cabe, até 1.985 a produção de um bilhão de litros de álcool por ano, o que representa nada menos que dez por cento da meta do programa nacional do álcool.

Sempre é bom lembrar que o Paraná foi um Estado pioneiro na implantação de álcool como combustível. No ano passado, isso ficou bem demonstrado com a realização de um circuito por todo o Estado. Ao mesmo tempo fomos os primeiros a instalar, oficialmente, um posto para distribuição do álcool, aos cuidados do DETO — Departamento de Transporte Oficial do Estado.

Há necessidade de se ressaltar que o governo do Paraná vem ampliando a cada dia que passa o número de veículos oficiais movidos a álcool hidratado. Hoje já existem cerca de quatrocentos veículos com motores retificados ou novos utilizando o produto.

O Governo do Estado vem dando ainda uma série de benefícios visando a criação de destilarias no Paraná. Já possuímos 21 projetos de destilarias enquadrados dentro das normas do próalcohol e onze em operação, produzindo 212 milhões de litros por ano. Vamos, mais uma vez, ser pioneiros com a implantação de uma minidestilaria de álcool da mandioca, a ser instalada no Município de Terra Roxa, no Oeste.

Mesmo com as metas finais ainda não alcançadas pelo próalcohol, o álcool já participa de maneira ativa na vida de brasileiros, pois já é utilizado com combustível em sete milhões de veículos, a maioria com mistura à gasolina em torno de vinte por cento.

Atualmente a demanda de veículos movidos a álcool esta na faixa dos 50%, mas até o final do ano estarão sendo fabricados cerca de 30 mil veículos ao mês.

Está expressa nestes números a importância que o álcool hidratado terá num futuro bem próximo, sendo utilizado como combustível para movimentar milhões de veículos. E o Paraná está se preparando para isso, graças ao empenho do Governador Ney Braga."

Nós fizemos este registro, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, para que a Casa, o Estado, o povo enfim, possam ter conhecimento do interesse que o Governador Ney Braga vem demonstrando pelo Programa PRÓALCOOL, no Paraná.

Temos acompanhado com interesse os pronunciamentos dos Srs. Deputados neste sentido e sobre esta matéria, feitos no plenário desta Casa; por isto nos apressamos a dizer que o Governo do Estado não está alheio, não está infenso

à este problema que é realmente a substituição do petróleo como fonte de energia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao nobre Deputado José Taveres, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia 10 de junho próximo passado, nós comparecemos à CPI da Violência, no Senado Federal, para prestarmos o nosso depoimento, a respeito de como nós víamos as causas e as consequências da violência urbana no País.

Foi um depoimento bastante longo, aproximadamente duas horas e meia, e, naquela oportunidade — e já, inclusive, tivemos também, a mesma oportunidade de comentar aqui desta tribuna, fizemos inúmeras colocações, de como nós vemos a violência e a criminalidade crescente em nosso País.

E, dentre as inúmeras colocações que lá fizemos, eu me recordo que abordamos o problema da injusta distribuição de rendas, o problema do êxodo rural, o problema do aumento demográfico em decorrência do êxodo rural.

E analisamos também a omissão, a negligência, a inoperância, a corrupção policial, a morosidade da justiça brasileira, a impunidade, como forma de favorecimento ao aumento da violência e da criminalidade, o precário sistema penitenciário existente hoje no País, que, segundo nosso entendimento, as penitenciárias, principalmente as penitenciárias do Paraná, que conhecemos mais de perto, são verdadeiros cemitérios de gente viva.

E, para nossa alegria, nós, ontem, lendo o jornal “O Estado de São Paulo”, tomamos conhecimento de uma longa entrevista que o Sr. Ministro da Justiça, Ibraim Abi-Ackel, concedeu àquele jornal, logo após ter proferido uma palestra na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, sobre o tema “Violência e criminalidade”.

E o que nos chamou a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são alguns tópicos da palestra do Ministro da Justiça, principalmente quando ele disse o seguinte: (Lê):

“... as nossas cidades, em razão do êxodo rural, tiveram seus recintos iniciais explodidos pelo fluxo migratório, que se processa no sentido norte/sul e do centro para a periferia. Isso provocou o crescimento e o inchaço dos grandes centros e uma espécie de definhamento da porção restante do País.

O migrante ao abandonar sua terra, onde, ao longo de sucessivas gerações plantou suas raízes e aprendeu a viver de acordo com um código ético, passa por um processo degenerativo de profundas repercussões em seu comportamento.

Em sua rota, ele vai abandonando os valores de seus ancestrais. A necessidade de adaptar-se a novas situações e valores da cidade grande, extingue nele o respeito pelo código atávico herdado. Como é pobre e migra por pobreza, só lhe resta viver nos conglomerados urbanos marginais, ou favelas que são locais criminógenos por excelência.

Nesses locais encontra apenas a ausência de emprego ou o subemprego, além da inexistência das condições fundamentais para uma vida digna, tal como escola, esgoto, água. Por outro lado, o Estado não tem as mínimas condições de levar ao indivíduo que habita nesses conglomerados, a segurança pessoal. Os conglomerados marginais são chefiados ou presididos pelos mais fortes, ou prevenidos no crime. Se os pais que migram conseguem resistir à corrosão do meio ambiente, seus filhos resistem por pouco tempo.

E assim as mãos calejadas pelo instrumento agrícola vão empunhar as armas como recurso de sobrevivência. Nos últimos anos, o esforço nacional ampliou gradativamente

as oportunidades de emprego, principalmente nas faixas de mão-de-obra não especializada. Mas é verdade também que grande parte dos migrantes não obtém emprego porque são inempregáveis, em razão de sua absoluta incompatibilidade com as exigências da vida urbana.

O migrante passa, nos meios criminógenos dos conglomerados, a repartir uma intimidade profunda e inevitável pelas condições de vida de barraco em barraco.

Estabelece aí uma influência negativa, desanimando-o da luta pela vida, justamente entre os que tanto fizeram e não conseguiram senão malogros. Quando se pensa que esse esforço se torna vão, pela ausência de oportunidades, pelas constantes demissões praticadas em razão de uma legislação trabalhista, que não ajuda a reter por muito tempo, em razão dos direitos que se consolidam. Quando a moça migrante percebe que nas atividades marginais do seu sexo encontra condições de vida, aparentemente mais fáceis do que as propiciadas por um mal remunerado emprego, nesse momento estabelece uma pressão da qual é difícil se fugir.

A partir daí, o jovem, ou a jovem, ingressa no mundo da criminalidade. E a sociedade lhes reserva a convivência do cárcere ainda mais criminosa do que a vida em liberdade.”

E por aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Ministro da Justiça tece inúmeras outras considerações das causas que, segundo ele, são contributivas do aumento da criminalidade no País.

Fico feliz por ler essa palestra do Sr. Ministro da Justiça, pronunciada na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro perante seus diplomados, porque Sua Excelência aborda os mesmos temas que este modesto Deputado abordou na CPI da Violência, no Senado, no dia 10 de junho, próximo passado.

Só espero que Sua Excelência passe para a ação, passe para a tomada de medidas eficazes para minimizar os problemas que ele demonstra ser profundamente conhecedor. Porque este Deputado, na condição de Parlamentar, portanto, não tendo poder decisório, resta tão somente a denúncia, o informe, o depoimento.

Agora, Sua Excelência, o Sr. Ministro da Justiça que tem poderes absolutos para tentar minimizar certos problemas que, segundo ele, são fatores geradores da violência no País, espero que Sua Excelência passe da palavra para o ato, do gesto para a ação.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um jornal do Paraná de domingo, portanto de ontem, publica uma notícia que a bancada do PDS estaria interessada, a nível federal, em solucionar o problema da COTRIGUAÇU. E só fala no PDS. Conheço a posição assumida pela bancada do PDS, e é louvável. Acontece que, desde as primeiras horas, o problema COTRIGUAÇU—Aripuanã tem sido objeto de detida meditação e de constante posicionamento por parte do PMDB, ainda quando era MDB.

E desde os primeiros momentos, desde a aquisição da área de forma duvidosa, em que nos posicionamos, aqui mesmo nesta tribuna, estivemos sempre presentes à primeira hora, contestávamos a forma com que foi adquirida a área. Inclusive, fomos ameaçados de processo.

Posteriormente, em função dos problemas atinentes ao cooperativismo, a bancada do PMDB requereu uma CPI.

Mais tarde, o problema FINAGREM e outros, que envolviam e envolvem o cooperativismo, foram levantados pelo PMDB. Com raras exceções, alguns Deputados do PDS

estiveram presentes. A posição que viemos adotar, nesta tribuna, não é com relação ao partido do Governo, em si, mas a forma que determinada imprensa coloca — querendo minimizar — a posição da bancada do PMDB, com relação a este e a outros problemas.

O mesmo jornal, no dia anterior, se insurge contra o Deputado Gernote Kirinus, dizendo dos falsos democratas, simplesmente pelo fato do Deputado ter ido fazer uma visita a Cuba. Aliás, não foram só Deputados do PMDB, nem do MDB, nem das Oposições, que estiveram presentes. Mas, quero me ater unicamente ao caso Aripuanã/Cotriguaçu.

A posição da bancada federal do PMDB tem sido uma constante na reclamação dos problemas que envolvem a área do Aripuanã, e, quando a coisa já não tem mais solução, quando o Governo precisa alterar o esquema montado, talvez por deliberação ou por desconhecimento, através de organismos — como é o caso do INCRA — quando já não consegue conter mais o ímpeto dos interessados, aí então, surgem as soluções; temos conhecimento que, alguns Deputados do PDS também se envolveram na solução desse problema. O que não é justo, é, um Senador que inclusive vem coordenado, como é o caso do Senador José Richa, movimentos, mobilização, a nível paranaense para solucionar o problema Aripuanã, e não aparecem senão, alguns elementos do lado do Governo! A posição é do Estado do Paraná!

Por esta razão, Sr. Presidente, é que, ao lado do protesto que nós deixamos, que o esforço tem sido, agora pelo menos, em bloco, para solucionar, o que temos a dizer é que, houve um esforço, desde o início, da Oposição, e que, compreensão houve, pelo menos agora no crepúsculo da inviabilização dessas terras ficarem com a COTRIGUAÇU, surge a incorporação da bancada e, pelo que nos consta, da bancada total do PDS.

A posição que queremos adotar aqui nesta tribuna, Sr. Presidente, é a de que o esforço, é de todos os paranaenses, não é só de uma parcela como vinha acontecendo ao longo desses anos, representada pelo Partido de Oposição, agora, surge publicamente, um posicionamento da bancada Federal do PDS e, creio, assim é que deveríamos atuar em todos os níveis, quando problemas graves como este surgem, numa hora em que o Governo precisa participar, para evitar as falcatruas, para evitar os desvios de funções, e para evitar escândalos como está acontecendo no Estado de São Paulo com a VASP, e, nos negócios especiais além de outros mais, que poderiam ser evitados se houvesse uma compreensão tempestiva, dos homens da Situação.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de me reportar ao pronunciamento, no Pequeno Expediente, do Deputado Erondy Silvério, com respeito ao Proálcool e dizer que, realmente, a sua colocação foi perfeita.

Naturalmente, o Paraná está participando, ativamente, do Proálcool e da maneira como deveria estar participando.

A nossa preocupação é com referência ao Governo Federal, que vem desviando, canalizando esse álcool para o exterior, levando toda a nossa produção, para o corredor de exportação. Essa é a nossa grande preocupação, haja visto, inclusive, denúncia que saiu no jornal "O ESTADO DO PARANÁ" — edição de ontem — de Mandaguari, da Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari, através de Eurípedes Rodrigues Gomes, e, através de outros produtores que condenam justamente esse mau direcionamento do álcool.

O que acontece é que as usinas de álcool que funcionam

tendo como matéria-prima a cana de açúcar, são altamente deficitárias, segundo eles, arcando com prejuízos entre 30, 40 milhões de cruzeiros anuais, quando processam cerca de 120 mil litros, por dia, média geral das que estão em funcionamento dentro do Proálcool, plano do Governo Federal para substituir a gasolina, pelo álcool. E, ao apresentar esses dados nessa reunião da Micro-Região 9, reunião de Prefeitos, o Presidente dessa Cooperativa, que é lá de Mandaguari, denunciou a maior concentração de terras em mãos de latifundiários, em consequência da febre da cana-de-açúcar no Brasil. Então, isto está realmente acontecendo e não só no Paraná, que, esse preço de 600 cruzeiros por tonelada, de cana, colocada na usina, passou a ser uma cultura altamente rendosa, provocando essa corrida da cana.

Então, grupos poderosos hoje, no Brasil, estão se movimentando para entrar violentamente nesse mercado do álcool, conseqüentemente mercado da cana.

O grupo Votorontim, lá de São Paulo, Omedo, Define, Atlântica Boa Vista, todos procurando comprar terras, todos procurando se assenhorar da maior parte de terras, para produção de cana-de-açúcar, porque é, realmente, hoje em dia, a aplicação mais rentável. Eles estão adquirindo inclusive, terras do Mato Grosso e adquirindo aquela famosa fazenda pertencente ao grupo dos Rockefeller e Moreira Sales também, parece que 150 mil alqueires de terras.

Então, é uma barbaridade, é o latifúndio despontando de maneira aberrante até. Pois eles pretendem fazer destilarias, capazes de produzir um milhão e meio de litros por dia. Quer dizer, em 85 o Brasil pretende chegar a dez milhões de litros por ano, veja o que representa isso aí, esse empreendimento em termos de poupança, em termos de investimento, é uma barbaridade.

Mas, na verdade, a nossa preocupação maior, é que isso aí tudo é para consumo internacional, para mercado internacional, porque o consumo interno continua ainda sem estímulos para a sua adoção.

Na verdade, então, nós estamos sofrendo isso, e por isso que nós nos levantamos aqui, contra esse tipo de condução do sistema PROÁLCOOL.

Naturalmente, o Paraná está cumprindo com sua missão, está ativando as suas destilarias, está produzindo álcool mas, o Governo Federal, não tem interesse no consumo interno desse álcool. Está interessado sim, em exportar o nosso álcool para trocar por dólar, quer dizer, não é um dólar economizado, é um dólar trocado. Ele troca para poder comprar barril de petróleo. Na verdade, nós estamos então preocupados com nossa dívida externa mas, nunca preocupados em diminuir essa dívida, apenas, fazer uma troca e a dívida continua e o Brasil continua atolado.

Era isso que eu tinha a dizer, também, lembrando aqui aos Srs. Deputados que um dia eu vou trazer à Casa, mais uma alternativa, que é o carro elétrico, inclusive, sem motor, o motor será substituído por colocação de turbinas, geradores e esse carro faz 80 Km com um litro de gasolina. Estamos preocupados, estamos buscando caminhos, e, praticamente, já temos essa solução encontrada aqui pertinho, na Rodovia dos Minérios, aqui perto de Itapiróçu.

Era isso que eu tinha a falar.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz. A Mesa registra a presença do Deputado Federal Lúcio Cione.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"No início do mês de junho último, o Deputado Federal

Álvaro Dias pronunciou, na Câmara Federal, um longo discurso analisando a industrialização do Paraná. Nosso companheiro procurou diagnosticar o estágio atual e as distorções da nossa indústria, num esforço para sistematizar as preocupações que são de todos os paranaenses e propor-lhes alternativas de solução.

Não fosse Álvaro Dias um dos homens públicos de grande prestígio do Paraná e não fosse seu pronunciamento um trabalho sério e conseqüente, ficaria o dito pelo não dito.

Os representantes do pensamento conservador, porém, se incomodaram com as ponderações avançadas pelo Deputado e vieram a público contestá-lo, gerando uma polêmica que poderia ser extremamente sadia para a compreensão da realidade paranaense, não fossem os termos em que foi colocada.

Exemplo do que afirmo é o artigo veiculado no número 286 da revista "Paranoma", pelo jornalista Milton Cavalcanti. Antes de mais nada, Cavalcanti se apressa em situar Álvaro Dias "naquele bando desvairado que cultua a oposição pela oposição". E os adjetivos não param aí: Álvaro também é sectário, ignorante e leviano, segundo o jornalista.

Nem mesmo a professora Yoshiya Nakagawara, pesquisadora de renome nacional, escapou ao crivo de Milton Cavalcanti. Seu estudo, que fundamentou em parte a análise de Álvaro, "ao que tudo indica é um desses exercícios acadêmicos baseados não na pesquisa de fontes locais idôneas, mas em dados dos anuários estatísticos do IBGE", segundo o jornalista. Seria prudente que este senhor pelo menos folheasse as 384 páginas desse estudo, antes de avançar em julgamentos tão preconceituosos. Verificaria, por exemplo, que a professora utilizou nada menos que 42 bibliografias especializadas, das quais apenas cinco são fontes do IBGE e quinze são publicações de órgãos vinculados ao próprio Governo do Estado, inclusive um trabalho feito em convênio pelo Ministério da Indústria e Comércio e Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná, com dados de 1977. Também constataria que a professora Nakagawara consultou diretamente 85 municípios paranaenses (trinta por cento do total), através de questionários simplificados, e não em 1970, mas em 1979.

O mesmo julgamento preconceituoso e deformado Milton Cavalcanti não dispensa ao Governo do Paraná e nem a si próprio. Ele se apresenta como um dos "estudiosos sérios dos problemas paranaenses, que acompanha com interesse e isenção política a evolução da economia do Estado". Nós acreditamos com toda honestidade que o Senhor Milton Cavalcanti seja um homem sério. Não é porque ele é assessor de imprensa do Palácio Iguaçu que vamos considerá-lo sectário, ignorante e leviano, nem jogá-lo naquele outro bando desvairado, que cultua a "situação pela situação".

Não, nós preferimos achar que o Senhor Milton Cavalcanti é um jornalista honrado, até porque conhecemos um grande número de assessores de imprensa que sabem manter sua dignidade profissional e independência intelectual. Preferimos achar que o Senhor Milton Cavalcanti é um conservador, um homem que conscientemente participa do Governo do Estado, com ele concorda e por ele vive um tanto apaixonado, apenas isso.

Apenas isso, aliás, pode explicar a extrema condescendência e até certo ufanismo com que ele avalia o desempenho dos nossos governos da década de 60 para cá.

Álvaro Dias afirma que o processo de industrialização do Paraná está se concentrando apenas em Curitiba, enquanto decresce relativamente nas demais regiões? "Isso é assim mesmo, é a lógica do capitalismo mundial", retruca o jornalista. Além disso, "a partir de 1964 todos os instrumentos de política econômica capazes de promover uma revisão desse processo encontram-se firmemente enfeixados nas mãos do governo federal", acrescenta.

Diante de tantas fatalidades, o poder estadual fez o que pôde, fez até demais. E não apenas para desconcentrar a in-

dústria, investindo mais da metade dos recursos no interior, mas também para incrementar outros ramos, como o têxtil e o de processamento de óleos vegetais, enfrentando para tanto verdadeiras guerras, até mesmo contra órgão do Governo Federal.

Resultado de tanto arrojo, segundo o jornalista, é o fato do Paraná contar hoje com o maior parque de processamento de óleos vegetais do Brasil e com a indústria têxtil, que é uma das mais modernas do País, além de apresentar, em 1979, um desempenho industrial mais de cinco vezes superior ao de 1970.

Certamente o nosso jornalista se sente orgulhoso com a pujança desses números. E talvez por isso ele se sinta tão indignado quando Álvaro Dias afirma que "somente na década de 60 o Estado passa a tomar as primeiras medidas e diretrizes para expandir e diversificar a atividade industrial, com a criação de instituições financeiras e investimentos básicos em infra-estrutura". Isso é pouco para o nosso jornalista, o Deputado precisava derramar loas sem fim sobre o glorioso desempenho da CODEPAR, primeiro, e do BADEP, depois, instituições que Álvaro sequer mencionou diretamente em seu pronunciamento e que nosso jornalista, em compensação, mencionou onze vezes em sua réplica.

Nem mesmo o fato de Álvaro não ter atribuído "todos os males ao poder estadual", como acusa nosso jornalista, mas ter defendido "uma intervenção mais decidida e severa do Estado na economia" e "um processo de industrialização planejado, com as soluções que a nossa realidade exige", com o objetivo "não de esgotar o assunto, mas de chamar a atenção e incentivar o debate entre os homens públicos e a inteligência nacional", nem isso consegue aplacar a pressurosa indignação do nosso jornalista.

Então, quando Álvaro diz que "além de agir tardiamente, fato que revela sua incapacidade (do Estado) para estabelecer a tendência do desenvolvimento do Paraná, nossos governos agiram timidamente", então o nosso jornalista se descompõe, até dizer que "o Deputado Álvaro Dias prestou um desserviço ao Paraná com a salada mista do seu infeliz pronunciamento", dando "armas e argumentos aos grandes grupos — multinacionais, nacionais, oficiais e privados — contra os interesses dos quais importantes lutas têm sido travadas por órgãos oficiais do Estado".

Nosso jornalista parece que não aprendeu uma lição que todo "foca" aprende no primeiro dia de redação: "avião que voa não é notícia". Os números e dados que apresenta certamente estarão corretos mas, na melhor das hipóteses, não expressam mais que o exercício sumário das funções de Estado. E não têm valor em si. Seu valor deve ser medido em relação à realidade, às necessidades que ela apresenta.

E que necessidades nos apresenta a realidade do Paraná hoje?

Habitado a observar nossa realidade dentro dos gabinetes do Palácio Iguaçu, nosso jornalista talvez não saiba que o desemprego em nosso Estado atinge níveis alarmantes, que milhares de trabalhadores estão sendo expulsos do Estado, por falta de emprego no campo e na cidade, indo buscar um pedaço de chão nas áreas de expansão da fronteira agrícola. E que outros tantos estão engrossando os cinturões da fome que cercam as médias e grandes cidades, bem como o miserável exército de desempregados e subempregados do Paraná.

O povo, para o nosso jornalista, talvez não passe de uma instituição abstrata, um amontoado de números lançados sobre papéis que enchem as gavetas dos gabinetes governamentais. Mas mesmo esses papéis trazem alguma informação sobre as atuais condições de vida do povo paranaense; mesmo o burocrata mais empedernido teria condições de conhecer razoavelmente a realidade, desde que procurasse os papéis certos. Se o nosso jornalista estudasse, por exemplo, o PRI - Planos Regionais Industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná, de 1975, teria

podido ler o seguinte:

“O Estado do Paraná sofreu um acréscimo, no período de 1950 a 1970, de 470 por cento no volume da população urbana. Esta concentração acelerada de população em centros urbanos não parece responder a uma urbanização de suas atividades econômicas, pois as oportunidades no mercado de trabalho não se ampliaram no mesmo ritmo, sendo a taxa de crescimento do emprego de apenas 286 por cento, equivalendo à criação de 620 mil novos empregos. A análise da evolução e distribuição setorial dos empregos urbanos caracteriza uma situação de crescente ampliação de empregos no setor terciário, cujo volume, nestes anos, se eleva a perto de 470 mil, isto é, 75 por cento dos empregos urbanos criados, ou seja, “a lógica da organização espacial do Estado do Paraná repousa, portanto, no seu caráter de uma armação urbana com base terciária, formada em um território caracterizado por uma grande concentração demográfica apoiada na atividade primária”.

Vale à pena insistir: a oferta de empregos nas cidades cresceu a uma taxa de 286 por cento, enquanto a população urbana crescia 470 por cento.... E desses empregos, todos, 75 por cento foram gerados pela atividade terciária, que não produz uma base econômica geradora de riqueza, não é autônoma, e portanto absorve mão-de-obra não qualificada, a níveis salariais muito baixos, configurando uma situação de sub-emprego. “Isto significa que a urbanização simplesmente baseada na expansão do setor terciário não terá suporte econômico suficiente para o atingimento de níveis superiores de estruturas urbanas, resultando disto, debilidade no funcionamento da organização urbana”. Quem afirma isso não é algum integrante “daquele bando desvairado que cultua a oposição pela oposição”, mas uma equipe de pesquisadores integrada por elementos da Universidade Federal do Paraná, SUDESUL e SERFHAU, responsável pela elaboração do PRI, a pedido do Governo Federal e Governo Estadual...

E se atualizarmos os dados, recorrendo às estimativas que indicam um aumento da população do Paraná em setenta por cento no período de 1970 a 1980, será fácil concluir que o problema se agravou no período, até porque a reestruturação agrária, indispensável para conter o êxodo rural, não ocorreu.

A falácia do nosso jornalista, que não se cansa de exaltar as façanhas do poder estadual e não dedica uma linha sequer à situação dos trabalhadores paranaenses, fica atrás até mesmo das “Diretrizes Globais” do atual Governo, que diz: “O Paraná, em síntese, situa-se num momento histórico em que se impõem opções decisivas, através de um posicionamento solidamente alicerçado em valores sociais, atribuindo-se nítida dimensão social à política de desenvolvimento”. Se a sinceridade destas palavras é discutível, como veremos adiante, é indiscutível que o discurso dos nossos príncipes está bem mais arejado que o do nosso jornalista...

E a situação das nossas empresas, sobretudo as pequenas e médias, o nosso jornalista conhece? Já que não parece preocupado em investigar, nos órgãos governamentais, nem mesmo os dados que revelam o desempenho dessas empresas, seria bom que pelo menos acompanhasse o que noticiam os jornais. Teria podido ler o telex que a Associação Comercial de Londrina enviou recentemente ao Governo Federal, dizendo que “a capacidade de suporte das empresas, notadamente pequenas e médias, diante do quadro de escassez de recursos para capital de giro, chegou ao seu ponto extremo, não havendo outra alternativa senão a paralisação dos negócios e a insolvência, caso recursos não sejam injetados com a máxima urgência”.

Esta é a realidade. Aliás, apenas uma pequena parte dela.

Absorvido pelas datas, gráficos, curvas e relatórios feitos à distância — e apenas os que lhe interessam — nosso jornalista não tem olhos para ver nem coração para sentir as brutais necessidades que a realidade do Paraná apresenta, imitando,

diga-se de passagem, os burocratas que desfrutam o poder estadual nesta capitania hereditária...

É em presença desta realidade que o Deputado Álvaro Dias imputa ao poder estadual — e eu assino embaixo — timidez, omissão e espontaneísmo na condução das políticas de industrialização, indispensáveis para a qualificação e absorção da nossa mão-de-obra, reprodução dos capitais gerados pela nossa agricultura e aumento da capacidade de investimento da nossa economia.

Nosso jornalista dirá, como já insinuou em seu artigo, que o problema é nacional, que a crise é geral, que isso é lá com o Governo Federal. Até certo ponto terá razão. O próprio companheiro Álvaro Dias, em seu pronunciamento que mereceu a apaixonada réplica do nosso jornalista, ressaltava que uma política de industrialização para o Paraná, “como todas as demais políticas setoriais do Estado e do País, precisam guiar-se por uma política global, cuja meta central seja o bem-estar e a felicidade do homem”.

Mas isto em hipótese alguma poderá isentar o poder estadual das suas responsabilidades perante o povo do Paraná, por mais ilegítimo que esse poder seja. O PMDB se sente no direito e no dever de cobrar também do Governo do Estado, a exemplo do que tem feito com o Governo Federal ao longo destes anos, soluções para os gritantes problemas da nossa realidade. E não só cobrar, mas também propor soluções.

Álvaro Dias sugere a ampliação das estruturas já existentes, de elaboração primária dos óleos vegetais, atribuindo-lhes maior diversidade, dinamismo e complexidade.

Pois nós sugerimos uma alternativa ainda mais próxima: o desencadeamento de uma política agressiva de implantação de infra-estrutura e financiamento às pequenas e médias empresas, respaldando as já existentes e incentivando novas. Como tais empreendimentos geralmente operam com capitais de pequeno porte, a oferta de infra-estrutura adequada, observando localização, transporte, comunicações, água, luz e outros fatores, desempenha importante função motivadora. Tal incremento, planejado centralmente e observando as potencialidades de cada região, deve vir acompanhado de uma política específica de qualificação da mão-de-obra, a partir das necessidades determinadas pela realidade, o que melhoraria também a renda da população.

Este foi, diga-se de passagem, o objetivo inicial da CODEPAR, que o nosso jornalista tanto louva. Aliás, é preciso que se diga que mesmo a avaliação do desempenho da CODEPAR e do BADEP, feita por Milton Cavalcanti, é parcial, precária e nada crítica, o que revela que o nosso jornalista decididamente deixou-se levar a tal ponto pela paixão, quem nem mesmo um bom trabalho acadêmico, de gabinete, conseguiu formular.

Um “estudioso sério dos problemas paranaenses”, como ele se intitula, jamais poderia deixar de assinalar, numa análise específica do desempenho dos órgãos de fomento à industrialização do Paraná, que a transformação da CODEPAR em BADEP não ocorreu por acaso; ela decorreu justamente da falência daquela proposta inicial da CODEPAR, de realização integral da “comunidade paranaense”, inclusive sob o ponto de vista social, através da industrialização.

Essa proposta visava, efetivamente, privilegiar os pequenos e médios capitais estaduais e substituir as importações a que o Paraná sempre foi forçado — pela falta de estrutura industrial própria — priorizando para a CODEPAR a função de aparelho de Estado.

Em pouco tempo, especialmente depois de 1964, essa função foi substituída pela de Empresa Estatal, o privilegiamento dos pequenos e médios capitais estaduais foi substituído pelo privilegiamento do grande capital de qualquer origem, a ênfase à “substituição de importações” deu lugar à ênfase pela “complementaridade”. É do bojo de tantas mudanças impopulares que é parido o Banco do Desenvolvimento do Paraná,



este glorioso BADEP que o nosso jornalista não se cansa de elogiar.

Com o BADEP perde importância a "participação popular": estrutura-se inapelavelmente uma empresa, de capital quase exclusivamente estatal. Já não são as necessidades de substituir as importações nem privilegiar o investimento estadual que orientam a sua atuação. Agora serão incentivados prioritariamente os empreendimentos "rentáveis", ao tempo em que se abre, para os pequenos e médios, a temporada das concordatas, das falências, da insolvência enfim. É sintomático que o BADEP, embora não objetivasse a "rentabilidade" na formulação dos seus princípios diretores, seja, na realidade, um dos poucos empreendimentos deste tipo, no Brasil, a apresentar uma taxa de lucro considerada alta. Nem o fato de sua rentabilidade não ser considerada um fim, mas um meio de sustentar a rentabilidade do setor privado, atenua o caráter anti-estadual, anti-nacional e anti-social de sua política. Pelo contrário, agrava esse caráter, na medida em que a parcela do setor privado que vem merecendo a sustentação oficial é prioritariamente a do grande capital, freqüentemente não paranaense e não brasileiro.

E não é apenas a evidência dos fatos que confirma o que estou afirmando. Um estudo de 1978 do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), órgão da Secretaria de Planejamento do Paraná, intitulado "Subsídios ao Diagnóstico Sócio-Econômico do Paraná — Indústria", coloca inteiramente a nu os propósitos da atual política de industrialização do Paraná e nos enche de preocupações quanto ao futuro do nosso Estado. Numa de suas várias conclusões, o IPARDES afirma, textualmente, que "o principal promotor do crescimento industrial paranaense é, e tende a ser cada vez mais, a empresa multinacional", depois de considerar o pequeno e médio capital paranaense inviável, a não ser que associado às multinacionais, e o desemprego um problema mais ou menos insolúvel.

Eis o que diz o órgão planejador do desenvolvimento do Paraná. Sobre estas revelações verdadeiramente estarecedoras, falaremos de modo mais detido numa próxima oportunidade.

Como pode pretender o nosso jornalista que os Parlamentares de todas as correntes se reúnem em torno desse projeto, "independentemente de siglas partidárias ou de doutrinas professadas", como os gaúchos no episódio do confisco da soja? Isto sim representaria "um desserviço ao Paraná" e colaboracionismo ativo ou passivo com "os grandes grupos multinacionais, nacionais, oficiais e privados".

Nunca é demais lembrar que o mandato legislativo não é emprego de assessor, concedido ou permitido, mas o resultado da vontade soberana do povo, afirmada nas urnas. Nosso compromisso inarredável é com o povo paranaense, e nos recusamos terminantemente a engrossar propostas impopulares.

A exemplo do companheiro Álvaro Dias, não tenho a pretensão de esgotar o assunto aqui, hoje, até porque não nos consideramos donos da verdade, admitimos nossas limitações. Nosso objetivo é o de chamar a atenção e incentivar o debate entre os homens públicos, os estudiosos sérios dos problemas paranaenses e o povo do nosso Estado, sobre os problemas da nossa realidade, buscando compreendê-la e resolvê-la. Apenas isso.

Da mesma forma, porém, nos sentimos no direito de esperar daqueles que divergem de nós, comportamento semelhante. E é o que esperamos.

Muito obrigado."

Concedo o aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Fiori Luiz, há uma razão, para o seu humilde e colocante proceder assim. Eu que o conheço, desde os tempos da Universidade Federal do Paraná, na década de cinquenta, início da década de sessenta. De onde, o Sr. Milton Cavalcanti foi guindado para as mordomias da COPEL e já, naquela época, o Sr. Milton Cavalcanti era um dos

mais ativos líderes estudantis desta terra e, tal qual Glauber Rocha, cineasta brasileiro, que se vendeu ao regime às mordomias da COPEL, foram muito importantes na vida daquele, que pretendia ser engenheiro e que lá não chegou. Levado para a COPEL, o Sr. Milton Cavalcanti, mudou completamente o seu procedimento ou o procedimento que tinha quando universitário. E talvez, sejam essas as origens deste ciúme mal camuflado de um outro jovem que diz o que pensa e que conseguiu as maiores votações, para o Parlamento brasileiro.

Quanto à industrialização, realmente, nós fracassamos. E não foi o Deputado Álvaro Dias quem apenas afirmou, estão aí nos últimos boletins do IPARDES deste ano, a demonstração tácita do problema do desemprego, e está aí, o IPARDES, órgão oficial do Governo, a alertar quanto ao problema de que no Paraná, desde 1974, o nível de emprego na indústria, vem diminuindo. O próprio Governo reconhece o seu fracasso. E tivemos aqui no Paraná, inclusive, uma época em que a placa do BADEP, em frente a qualquer indústria, era sinônimo de pré-falência dessa indústria, que estava prestes a falir, porque os empréstimos do BADEP, eram sinal tranqüilo dessa falência.

Pelo contrário, ao contrário do que diz o jornalista Milton Cavalcanti, de fato o Paraná está diminuindo o seu parque industrial. Tivemos é verdade, na história paranaense, e este foi um dos Estados mais industrializados deste País, mas, com o fim da madeira e com a extinção da erva-mate, passamos a declinar e, nesse declínio, estamos indo e não estamos parando. E aí está. Onde está a Cimo, que era de paranaenses, hoje na mão de grupos de fora. Dizer que nós industrializamos o Estado, com a PHILIPS MORRIS, à qual o BADEP entregou o dinheiro para ir comprar as fábricas de cigarros nacionais, existentes no Rio Grande do Sul, com dinheiro paranaense, dizer que isto é incentivar a industrialização? Não. Dizer que trazer a VOLVO para cá, com dinheiro paranaense, assim, como Minas Gerais, levou a FIAT para Minas Gerais, hoje criando graves problemas para aquele Estado.

Por isso, eu acho que é o próprio Governo que reconhece, que neste sistema centralizado, nesta ditadura que vivemos, os Estados não existindo, é mentiroso falarmos em industrialização, feita apenas, com incentivos estaduais.

Se temos hoje, um parque de moagem de soja, é bom que se diga, que esse parque não acrescentou a Ponta Grossa muitos empregos e está aqui o Deputado Cyro Martins, para dizer quantos empregos foram acrescentados àquela cidade.

É de se perguntar por exemplo, por que que em matéria-prima tipicamente paranaense, continua a ser industrializada em Santa Catarina ou em São Paulo, passados 29 anos da existência do BADEP, quantos frigoríficos foram criados, foram construídos no Paraná, nesses últimos 20 anos? O nosso porco continua sendo transportado do Sudoeste, do Oeste, do Norte do Paraná, para ser industrializado em São Paulo ou em Santa Catarina.

Que industrialização é essa? Industrialização ou desestatização, em termos de Estado do Paraná, da nossa economia e, os exemplos estão aí. A Cimo, é exemplo flagrante, de uma indústria tipicamente paranaense, de homens aqui do Paraná e de Santa Catarina, que de repente, graças às placas de BADEP e BRDE, se viram engolfados numa falência, numa pré-falência, e tiveram de vender aquela indústria exatamente, para o grupo já afamado neste Estado dos Abdalas, os Lunardelli no Norte, entregaram também, em Porecatu, as suas usinas para a COPER-ÇÚCAR e assim por diante.

O que houve nos últimos anos, isto é verdade, não tanto por culpa do Governo paranaense, porque isto não existe, o Paraná não é uma ilha, mas pela centralização a nível nacional, pelo monopolismo que se pretende, pela política econômica implantada neste País, o Paraná foi perdendo a autonomia e foi perdendo as suas indústrias. O que precisa de fato, e nós



esperamos e estamos fazendo um pronunciamento disto, é que os paranaenses procurem a sua independência em relação à economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Resta um minuto apenas para que o orador que se encontra na tribuna conclua seu discurso.

O Sr. Deni Schwartz — Parece que isto não é possível, mas acontece que se o Governador do Paraná, seja ele quem seja, se o Governador do Estado de São Paulo, do Estado de Santa Catarina, de Pernambuco ou de outros Estados, resolverem gritar e gritar alto, contra este estado de coisas, se eles realmente se dedicassem ao seu Estado, mais ao seu Estado e menos em agradar os Generais poderosos do dia, se se dedicassem mais às coisas de seus Estados, com personalidade, e não como aconteceu há pouco tempo, quando se chegou ao cúmulo de um Governador proibir os seus companheiros de Partido, de falar em confisco de soja, se eles se dedicassem mais às coisas de seus Estados, cuidassem mais das coisas de seus Estados, pretendessem menos ser futuros nomeados Presidentes da República, isto mudaria.

Mas como está aí, o Sr. Milton Cavalcanti, vai continuar com uma ciumeira tremenda do Sr. Álvaro Dias, e vai continuar sendo um Glauber Rocha do Paraná.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço o aparte do nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Comunico ao nobre Deputado que seu horário está esgotado. Não obstante, eu cederei em seguida por deferência quem sabe da Liderança do PMDB, Vossa Excelência poderia então continuar usando a palavra por delegação de poderes do líder do PMDB no horário reservado ao partido.

O Deputado líder do PMDB está aquiescendo, Vossa Excelência continua com a palavra, neste horário.

O SR. FIORI LUIZ — Eu concedo o aparte ao nobre Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Serei breve, nobre Deputado, para dizer que nesta segunda-feira é um prazer ouvir esta exposição crítica, de quem criticou porque está a serviço. Deputado Fiori Luiz, parece-me que não vale a pena reduzir, neste seu pronunciamento, a análise tão somente do jornalista. Mas na verdade, ele representa aqueles que estão à serviço do Governo, em sua grande maioria; porque é fundamental este tipo de colocação que se ouve, seguidamente, quando a Oposição analisa com profundidade, com cautela, com razões, as situações realísticas que vivem este ou aquele setor da economia do Paraná.

E lembro-me, quando lia o pronunciamento do Deputado Álvaro Dias, da importância das suas colocações. Mas gostaria só de acrescentar, não especificamente dirigindo-me ao jornalista, mas todos aqueles que servem sem o senso crítico, que é a despersonalização da pessoa, que eles estão a serviço do patrão deles, que é o Governo e Álvaro Dias está à serviço de outro patrão que é o povo que o elegeu. Talvez esta a diferença grande, como a diferença tão grande entre a noite e o dia hoje no Brasil.

Mas eu só concluiria, para não atrapalhar esta posição clara de seu pronunciamento, que uma das coisas que me tem preocupado sempre e, por isto, sou homem de Oposição também, que de que quando todos pensam a mesma coisa, ninguém pensa muito. Parece-me que este jornalista representa exatamente aqueles que querem que todos pensem a mesma coisa porque eles não estão pensando quase nada.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado, Deputado Nilton. Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Terminado o horário reservado ao PMDB, consulto a liderança do Partido Popular, se quer usar da palavra no horário reservado. (Ausente). Em seguida consulto o PDS. Falará o Deputado Palácios

no horário reservado ao PDS.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação comemora hoje, a passagem do Dia do Soldado. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma data importante para todos os brasileiros, por aquilo que representa, hoje, o Exército Nacional.

Guardião de nossas fronteiras, responsável pela nossa segurança, o Exército Brasileiro continua a se inspirar nos dotes e nas virtudes de Duque de Caxias, patrono da instituição.

A data que se comemora neste ano, nos parece, ainda, muito especial, em função do processo de abertura democrática que se implanta no Brasil, e que é garantida pelas Forças Armadas.

Assim, o Exército Nacional se presta a mais uma função: a garantia da implantação da democracia no Brasil, pelas mãos do Presidente Figueiredo.

Assim, convocamos a todos os brasileiros a prestar neste dia, a sua homenagem à figura do soldado brasileiro, não só àquele que se encontra nos quartéis, mas, também, aquele soldado da reserva. Aos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira, que tombaram nos campos da Itália, dando combate ao extremismo, e defendendo nossa Pátria; aos soldados que até há poucos dias atrás, percorriam todo o nosso Estado, e porque não dizer, todo o Brasil, dentro da campanha da vacinação anti-rábica que atingia a mais de 250 mil cães.

A estes que, dia após dia, prestam seus serviços à Nação brasileira, a nossa homenagem e a homenagem da bancada do PDS, neste dia 25 de agosto, porque achamos ser ela de muita justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Consulto a Liderança do PTB, se quer usar da palavra no seu horário. — (Ausente).

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 9/78, (Mens. Govern. n.º 2/78), aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "João Manoel Mondrone", da sede daquele município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 9/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 24 de novembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e o Município de Medianeira, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual João Manoel Mondrone, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1980.  
 aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
 AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 28/78, (Mens. Govern. n.º 2/78), aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Dr. Sadok de Sá, localizado naquela comuna. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
 DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28/78  
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 16 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Administração, e o Município de Adrianópolis, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Sadock de Sá, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1980.  
 aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
 AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 39/80, (Mens. Govern. n.º 28/80), que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Empresa Brasileira do Planejamento de Transportes - CEIPOT, que objetiva a elaboração do Programa Integral para o Corredor de Exportação. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 28 de agosto de 1979, entre o Estado do Paraná e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, objetivando definição do apoio a ser dado ao GEIPOT pelo Governo do Estado, tendo em vista a elaboração do Programa Integrado para o Corredor de Exportação de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1980.  
 aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
 AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 41/80, que declara de utilidade pública a "Associação das Secretárias do Paraná - ASSEPAR", com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
 DO PROJETO DE LEI N.º 41/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SECRETÁRIAS DO PARANÁ - ASSEPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1980.  
 aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
 AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 44/80, que declara de utilidade pública a "Associação Paranaense de Idosos", com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
 DO PROJETO DE LEI N.º 44/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE IDOSOS, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1980.  
 aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
 AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 55/80, que declara de utilidade pública a "Sociedade Pestalozzi São Miguel do Iguaçu", com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
 DO PROJETO DE LEI N.º 55/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, com sede e foro na cidade de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1980.  
 aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
 AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 56/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores da Casa Escolar Coelho Neto" com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
 DO PROJETO DE LEI N.º 56/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA CASA ESCOLAR COELHO NETO - APP, com sede em Aurora do Iguaçu, Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1980.  
 aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
 AUGUSTO CARNEIRO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Paulo Cesar Almeida Siloto, ocorrido no Município de Manoel Ribas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando a criação de uma CIRETRAN em Palotina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, em forma de apelo no sentido para que seja fixado o preço mínimo para o suíno. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de aplauso e apoio à

iniciativa do Doutor Nelson Batista Pereira, Juiz de Menores de Londrina, baixando portaria de proibição de cartazes obscenos em bancas e murais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a designação de um médico especialista em tratamento de doenças mentais para o 10.º Distrito Sanitário, em Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros da Agricultura e do Planejamento, objetivando o estudo e a criação de uma política suinícola clara e definitiva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, visando a instalação de agências do referido estabelecimento de crédito nos Municípios de Palmas e Clevelândia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 63 e 66/80.  
1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 34/78, 27/79 e 67/80 e de Resolução n.ºs 26 e 38/80.

Levanta-se a sessão.

#### ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

#### PORTARIA N.º 568/80

I - revogar o item I, da Portaria n.º 129/79, que designou para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria, o funcionário RICARDO SABÓIA KHURY, matrícula n.º 107, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,  
II - designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Partido Popular (PP).

(Protoc. n.º 3615)

#### PORTARIA N.º 569/80

conceder ao funcionário RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 257, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, apartir de 14 de abril de 1980, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

(Protoc. n.º 6107)

#### PORTARIA N.º 570/80

conceder à funcionária DOROTI DA CUNHA WOLKMER, matrícula n.º 088, ocupante do cargo de Taquígrafo B, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de agosto de 1.980.

(Protoc. n.º 7249).

#### PORTARIA N.º 571/80

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, à funcionária CLARICE FROIS DE MIRANDA, matrícula n.º 547, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 6653).

#### PORTARIA N.º 572/80

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n.º 419, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1976 e 07 de setembro de 1979, antecipado em razão da incorporação referente ao terceiro quinquênio e das férias de 1971, 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 4667).

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1980  
LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP  
DIRETOR GERAL

#### ATAS DAS COMISSÕES:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9a. LEGISLATURA - 2a. SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 12a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Augusto Carneiro, e presentes os Senhores Deputados Membros desta Comissão e demais Senhores Deputados da Casa, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a ata da sessão anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA com o PROJETO DE LEI N.º 86/80, do Deputado Pinto Dias. Autoriza o Poder Executivo denominar Arnaldo Faivro Busato, o Posto Estadual de Saúde da Cidade de Paranavaí. Relator Deputado Renato Bueno. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Senhores Deputados da Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

AUGUSTO CARNEIRO

Presidente

Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
9a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 13a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta, às dezessete horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Augusto Carneiro e presentes os Senhores Deputados: Deni Schwartz, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Gilberto Carvalho, José Tavares, Luiz Alberto de Oliveira e Waldyr Pugliesi, bem como demais Senhores Deputados, de acordo com a Resolução 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a ata da sessão anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA. 1) — PROJETO DE LEI N.º 27/80, do Deputado Del Ciel. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Deferida vista ao Deputado Gilberto Carvalho. 2) — PROJETO DE LEI N.º 45/80, do Deputado Cyro Martins. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 65/80, do Deputado Adalberto Daros. Relator: Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 72/80, do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Relator: Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 75/80, do Deputado Lázaro Dumont. Relator: Deputado Ezequias Losso. Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 6) — PROJETO DE LEI N.º 93/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 42/80. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 95/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 44/80. Relator: Deputado Gilberto Carvalho. Deferida vista ao Deputado José Tavares. 8) — PROJETO DE LEI N.º 97/80, do Deputado Nelson Buffara. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) — PROPOSIÇÃO N.º 43/80, do Poder Executivo. Relator: Deputado Deni Schwartz. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria do Planejamento, a fim de anexar documentos. Deferido. 10) — PROJETO DE LEI N.º 48/79, do Deputado Egon Pudell. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 196/79, do Deputado Antônio Facci. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 1/78, do Deputado Walter Pietrângelo. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 95/77, do Deputado Adalberto Daros. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. Votos vencidos dos Senhores Deputados Ezequias Losso e Fidelcino Tolentino. 14) — PROJETO DE LEI N.º 195/80, do Poder Executivo. Mensagem n.º 49/80. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Encerrada a Ordem do Dia. O Senhor Deputado José Tavares congratula-se com a intervenção que fez com referência a três projetos de lei sobre a denominação da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia. Intervenção esta que resultou na Promulgação da Lei n.º 1/80, que denomina Juscelino Kubtschek de Oliveira a referida Usina Hidrelétrica. Esclarece que a intervenção visou apenas preservar a decisão do Plenário da Casa. O Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira propôs a criação de uma

Subcomissão com os Membros desta Comissão, para adaptação da Constituição Estadual à Constituição Federal, tendo em vista a Emenda Constitucional Flávio Marcílio. Em discussão e proposta. A Subcomissão será composta na próxima reunião da Comissão. O Senhor Presidente esclarece, ainda, que esta Comissão oficiou, conforme a última reunião do primeiro semestre, à Presidência da Casa solicitando um órgão próprio para a triagem dos projetos de lei antes de serem apreciados pela Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Augusto Carneiro, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

AUGUSTO CARNEIRO

Presidente.

Rita Soares Bertoli — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
9a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 11a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado GILBERTO CARVALHO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado LINEU MANSANI TURRA apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 125/79 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 94/79, que revoga o parágrafo único, do artigo 142, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, introduzido pela Lei n.º 6762, de 23/12/75, e modificado pela Lei n.º 7071, de 28/12/78. (VANTAGENS NA APOSENTADORIA A FUNCIONÁRIOS COM MAIS DE 50 ANOS DE SERVIÇO). — PROJETO DE LEI N.º 29/80 — de autoria do Deputado João Mansur, que denomina ARNALDO FAIVRO BUSATO a Escola de 1.º Grau, localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara. PROJETO DE LEI N.º 35/80 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 34/80, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinados a pagamento de pensão especial à viúva e aos filhos de servidor estadual do Tribunal de Justiça, falecido em consequência de acidente em serviço, na forma da lei. PROJETO DE LEI N.º 60/80 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que cria no Município de Nova Aurora, o Distrito de Marajó, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Aprovadas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) GILBERTO CARVALHO

Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
2a. SESSÃO LEGISLATIVA — 9a. LEGISLATURA

## ATA DA 3a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta, às dezoito horas, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Florivaldo Palácios e com a presença dos Senhores Deputados Romero Filho, Vice-Presidente; José Domingos B. Teixeira, David Cheriegate, Cyro Martins, João Elísio e Fiori Luiz. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os PROJETO DE LEI N.º 50/80 - de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer CONTRÁRIO. PROJETO DE LEI N.º 51/80 - de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Parecer CONTRÁRIO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão.

(aa) FLORIVALDO PALÁCIOS

Presidente

DIVA DO VALLE CAVALCANTI -- Secretária

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

## 2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 9a. LEGISLATURA

## ATA DA 3a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta, às quatorze horas, na sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, sob a Presidência do Senhor Deputado Francisco Escorsin e com a presença dos Senhores Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Lineu Mansani Turra, Egon Puddel, Darcy Deitos e Edilson Alencar. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROCESSO N.º 12.735/79, prestação de contas do Centro de Habilitação Profissional Mercedes Stresser de Curitiba, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 1.406/80, prestação de contas da Sociedade Vicentina Cristo Rei de Lupionópolis, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 4.877/80, prestação de contas da Sociedade Beneficente Nossa Senhora das Dores de Curitiba, no valor de Cr\$ 28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 5.888/80, prestação de contas do Educandário Madre Carmela de Jesus, de Curitiba, no valor de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. Relator, Deputado Antônio Facci. Parecer favorável. APROVADO. PROCESSO N.º 4.969/80, prestação de contas da Associação de Pais e Mestres da Escola "Jesus Divino Operário" de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 1.118/80, da Organização Espírita Cristã - Irmã Scheilla de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 5.554/80, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade da Casa Escolar "Sagrado Coração" de Engenheiro Gutierrez, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), referente ao exer-

cício de 1975. PROCESSO N.º 12.206/79, da prestação de contas da Fundação de Estudos Sociais do Paraná, no valor de Cr\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte cruzeiros), referente ao exercício de 1978. PROCESSO N.º 11.861/79, prestação de contas da Sociedade São Vicente de Paulo da Cidade da Lapa, no valor de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. Relator: Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Parecer favorável. APROVADO. PROCESSO N.º 6.488/80, prestação de conta do Patronato Santo Antônio, de São José dos Pinhais, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), referente ao exercício de 1980. PROCESSO N.º 6.454/80, prestação de conta do Lions Clube de Cornélio Procopio, no valor de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), referente ao exercício de 1978. PROCESSO N.º 6.328/80, prestação de conta do Centro Castrense de Curitiba, no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 6.315/80, prestação de conta da Escola para Surdos Epheta de Curitiba, no valor de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 3.400/80, prestação de conta da Associação de Senhoras de Rotarianos de Curitiba, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. Relator: Deputado Darcy Deitos. Parecer favorável. APROVADO. PROCESSO N.º 6.192/80, prestação de conta da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional de Curitiba, no valor de Cr\$ 16.000,00 (dezesseis mil cruzeiros), referente ao exercício de 1978. PROCESSO N.º 6.172/80, prestação de conta da Sociedade Socorro aos Necessitados da Lapa, no valor de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 6.543/80, prestação de conta do Serviço Fatimense de Amparo e Recuperação do Indigente "SEFARI", da Cidade de Nova Fátima, no valor de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), referente ao exercício de 1978. PROCESSO N.º 6.354/80, prestação de conta da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no valor de Cr\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 6.556/80, prestação de conta da Prefeitura Municipal de Califórnia, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. Relator: Deputado Edilson Alencar. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. PROCESSO N.º 6.678/80, prestação de conta da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Rosário, da Cidade de Colombo, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 5.594/80, prestação de conta da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional de Curitiba, no valor de Cr\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 3.424/80, prestação de conta da Associação Paranaense de Reabilitação de Curitiba, no valor de Cr\$ 16.650,00 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 2.197/80, prestação de conta da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, no valor de Cr\$ 147.499,00 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 3.503/80, prestação de contas do Patronato Santo Antônio de São José dos Pinhais, no valor de Cr\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros), referente ao exercício de 1970. Relator: Deputado Lineu Mansani Turra. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. PROCESSO N.º 12.903/79, prestação

de contas da Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck, no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 40/80, prestação de conta da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rebouças, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 12.017/79, prestação de conta do Colégio Bom Jesus de Curitiba, no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), referente ao exercício de 1979. PROCESSO N.º 4.881/80, prestação de conta da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rebouças, no valor de 10.000,00 (dez mil cruzeiros), referente ao exercí-

cio de 1980. PROCESSO N.º 4.882/80, prestação de conta da Associação das Damas de Caridade São Vicente de Paulo de Rebouças, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), referente ao exercício de 1.980. Relator: Deputado Egon Pudell. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos da presente reunião, dos quais, para constar, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretária da Comissão e demais membros.

FRANCISCO ESCORSIN, Presidente.  
Eumênia de Oliveira — Secretária